

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS

Autor - 2008

RESUMO

O artigo tem como base teórica a análise do discurso. Refletiremos com base nos estudos de elaboração do texto jornalístico, na tentativa de mapear a construção dos enunciados nos textos jornalísticos e a influência exercida por estes na sociedade. Explicaremos de maneira sucinta as estratégias e elementos textuais e, também, os critérios de elaboração do texto jornalístico. Seguiremos a linha de raciocínio que define o jornalismo como “reflexo da realidade”, e a partir de conceitos defendidos nas teorias de enunciação, apresentaremos algumas principais características da construção da enunciação jornalística.

Palavras-chave: Discurso, Enunciação, Sentido, Jornalismo, Sociedade.

*Especialista em Formação de Recursos Humanos para Educação (FAFIRE, Recife-PE). Pesquisadora e professora do Senac-PE.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ABSTRACT

The article is based on theoretical analysis of the speech. Reflect on the basis of studies in preparation of journalistic text, trying to map the construction of the texts listed in journalism and the influence exerted by them in society. Explain in brief how the strategies and textual elements, and also the criteria for drafting the text journalism. Follow the line of reasoning that defines journalism as the "reflection of reality, and from concepts advocated in the theories of enunciation, present some key features of the construction of journalistic statement.

Keywords: Speech, Enunciation, Sense, Journalism, Society.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende identificar algumas estratégias discursivas e elementos textuais utilizados pela abordagem jornalística, e conseqüentemente, a enunciação jornalística. E busca a reflexão do jornalismo sob o prisma teórico e metodológico da Análise do Discurso. Assim, conseqüentemente explicar que O texto jornalístico(verbal ou não), possui materialidade discursiva, expressa nos nos sentidos que faz circular. Analisar estes sentidos, por meio daquilo que é mais superficial ou “material”, significa o reconhecimento das marcas que dirigem a construção do texto e orientam as várias formas de interpretação. O que identifica e circunscreve as formações discursivas. Representa ainda organizar as inúmeras vozes presentes no discurso –mas, também, as vozes que nele não ocupam espaço.

Analisaremos a linguagem como discurso jornalístico como refletor da realidade e de práticas sociais e, também, como os processos lingüísticos e sociais influenciam a leitura da atual realidade.

De modo amplo, e sem determos-nos no aprofundamento do assunto, definiremos jornalismo e suas vertentes.

Consideramos que a partir do processo de construção dos enunciados os jornalistas produzem os discursos. E através da articulação de mecanismos de linguagem que se pode prever ou construir audiência.

Antes de ingressarmos no assunto da *enunciação*, percebemos a necessidade da contextualização da enunciação, para que assim possamos construir o entendimento sobre enunciação jornalística.

Bakhtin é o precursor das teorias da enunciação, a qual ganhou na França abrangência, e define a língua como uma produção sócio-histórica, a qual interage por meio da enunciação. Esse conceito da língua representa um marco para os estudos da linguagem,

os quais atualmente, se baseiam na interação verbal, como a pragmática, a teoria da enunciação e a análise do discurso que tem como pressuposto a linguagem não como meio de comunicação, mas como a própria ação.

2. O DISCURSO JORNALÍSTICO E SUAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

No que se fala sobre práticas discursivas iniciamos por refletir sobre a teoria de Pêcheux, na qual adequou o conceito de formação discursiva e, elaborou a noção de *ilusão discursiva*, pois estabeleceu através de conceitos as *formações imaginárias* e trouxe o aporte da ideologia, criando e explicando o conceito das *formações ideológicas*. Esses conceitos são essenciais para que se trate especificamente do jornalismo, e também indispensáveis para a análise de toda linha de discurso.

As formações discursivas apóiam-se nas formações ideológicas – também regras de existência, mas agora de estruturas de pensamento. Todo pensamento deriva-se do modo de *ver* o mundo, as pessoas, as coisas e nós mesmos enquanto seres humanos. Incluem-se aí a criação e o uso de concepções sobre o mundo dos objetos e o próprio conhecimento, o posicionamento a respeito dos diversos papéis ocupados pelos sujeitos, a visão do passado e do futuro e a consciência. Tudo isso compõe a memória discursiva de cada indivíduo, pois esta é quem fornece dados para que uma *nova* concepção surja em nossa mente.

Surgem então aí o *sujeito* e o *indivíduo*. Indivíduo e sujeito não são a mesma coisa, pois ambos representam papéis distintos na sociedade. Um indivíduo se divide em muitos sujeitos, e *é o sujeito que fala* – e fala de um lugar determinado. O mesmo indivíduo é disperso em diversos sujeitos, que se formam no interior do processo discursivo. Trata-se de um processo complexo, pois parece com uma “quebra de identidade” – busca legítima de todo indivíduo – e, por isso, é feito de modo inconsciente e não-reflexivo. Não temos consciência, pelo menos

não na maioria das vezes, de que nos colocamos como sujeitos diferentes em nossos discursos. Essa *mobilidade* constante, própria do discurso, é caracterizada por Foucault como dispersão.

O indivíduo dividido em vários sujeitos só pode falar porque se desloca e se descentra. Esse sujeito disperso fala por meio do que Foucault circunscreveu como formações discursivas. Uma formação discursiva é comumente definida como aquilo que pode e deve ser dito, ao contrário do que não pode e não deve ser dito. Parece uma definição nebulosa e incompreensível. Contudo, quando se entende que o sujeito sempre fala de um lugar, e que este lugar pode ser oposto àquele que ocupou há um minuto, a idéia começa a fazer sentido. Para *atingir* uma formação discursiva, tarefa sempre árdua, o analista de discurso precisa trabalhar com certas regras de formação, ou seja, com aquelas regras que definem como um mesmo sentido é constituído ao longo de enunciados diferentes.

*No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** (...). Chamaremos de **regras de formação** as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, escolhas temáticas) (Foucault, 1995, pp. 43-4).*

Todo discurso surge através do contexto social, pois está sempre em relação com a exterioridade e sempre parte de uma *perspectiva de enunciação*, no que então chegamos a um conceito também essencial para a Análise do Discurso e para o jornalismo.

Oswald Ducrot (1987), contrário à idéia de simplificação teórica das idéias de locutor e autor, introduziu o enunciador, uma definição de *voz* discursiva que se relaciona diretamente com as formações ideológicas. O enunciador caracteriza-se como a voz de um “ponto de vista”, isto é a perspectiva de uma posição ideológica que permite ao locutor falar. O locutor é aquele que fala e que pode ser claramente identificado como o responsável – ao menos imediatamente – pelo enunciado.

Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade do enunciado. É a ele que se refere o pronome eu e as outras marcas da primeira pessoa (Ducrot, 1987, p. 182).

Antes de iniciar propriamente a explanação sobre o enunciado jornalístico, pretendemos definir o conceito de discurso jornalístico, no que diz respeito à sua elaboração e práticas discursivas. Tentaremos decodificar essas práticas e os elementos discursivos utilizados nas publicações jornalísticas. Isto é, seus fundamentos, funções e objetivos. Têm-se a necessidade de esquecer a oralidade e se concentremos na escrita, mais precisamente no ato de redigir.

Ao se escrever um texto torna-se obrigatório organizá-lo de maneira que se torne compreensível para quem lê. A leitura é individual, ou melhor, pessoal e nela sua compreensão. E nunca se pode prever o poder de alcance do texto.

Ao transpormos este fato para os discursos jornalísticos nos deparamos com a população de um determinado bairro, município ou Estado. O alcance e influência deste periódico tornam-se incalculáveis.

Ao escrevermos ditamos o ritmo de apropriação do texto, isto é, a velocidade da leitura.

O que não podemos “prever”, conforme dito anteriormente, é o alcance e modo de interpretação de um texto. Principalmente, o jornalístico que se “eterniza” o quanto repetitivo for o texto e sua temática.

De modo bastante peculiar, a comunicação de massa, na qual se insere o jornalismo, trabalha com a construção de uma imagem a respeito do interlocutor que determina não apenas questões referentes às alternativas de temas, mas também questões que dizem respeito ao uso da linguagem e à prática discursiva. O jornalista *escreve* e tem como referência o um leitor de sua fala. As pesquisas de opinião (*enquetes*) procuram enquadrar esse leitor em determinadas definições, pois normalmente referem-se às condições socio-econômico-culturais. São as formações imaginárias que tornam possíveis a distinção diferenciação de

linguagens e estilos entre os veículos. O jornalista tem sempre como foco, mesmo que de modo inconsciente, o seu “público-alvo”. Pois acredita conhecer as carências de informações deste leitor e, conseqüentemente, suas áreas de interesse.

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos ‘formações imaginárias’ em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu ‘cúmplice’ quanto um seu ‘adversário’ (Orlandi, 1193, p. 9).

Sempre é importante que se observe que o leitor estabelece com os jornalistas uma relação de *parceria* o que corresponde a confiança ou desconfiança, admiração ou desprezo. E, como diz Orlandi, um cúmplice ou um adversário. Posteriormente constrói com o leitor imaginário (aquele residente no texto e que inspirou o jornalista) uma relação de identificação ou não. Pois se o texto é excessivamente confuso ou especializado, o leitor poderá interromper sua leitura por não existir identificação com “aquele leitor para quem aquele texto foi elaborado”.

Como toda e qualquer área de conhecimento, também o jornalismo deve ser pensado sob a perspectiva discursiva. Centrado no singular, parece óbvio que jornalismo é a informação. Podemos conceituar informação como um dado qualquer, passível de qualquer alteração ou exclusão em qualquer nível. A informação jornalística é o dado, o fato, a declaração, o fenômeno apreendido em sua singularidade.

O jornalismo informativo, aquele supostamente “não corrompido” pela opinião, e pela ideologia – define-se como imparcial e isento. Faz parte de seu jogo discursivo *fazer crer* que ele se coloca entre os fatos e o leitor com a proposta de retratar fielmente a realidade. O que torna-se totalmente necessário, pois daí será construída a sua credibilidade. Como diria Michel Foucault, *na posição em que está, o jornalismo não poderia dizer outra coisa de si mesmo.*

A mídia não consta exclusiva do mundo ao qual pretende retratar. É imperfeita, complexa e incompleta como ele, e em sua constituição movem-se sujeitos plenos de pensamentos, idéias e interesses próprios. Mesmo quando estes interesses parecem ser de valor ideológico ou de validade universal, os jornalistas são sujeitos que *brigam* para harmonizar os critérios éticos e jornalísticos, através das informações que julgam relevantes. Então por que alguns se afligem com a expressão “subjetividade”? Talvez porque, ao defenderem a exatidão, a clareza e o equilíbrio, tenham aglutinado esses eixos norteados pela ação da “objetividade” (cuja coexistência com a subjetividade é vista como impossível). Conseguir que a objetividade e subjetividade conviverem num mesmo espaço exige um pensamento de maior complexidade, que não exclua, que aceite o movimento das contradições. A Análise do Discurso, de certo modo, joga luz sobre esse falso dilema e traz propostas de como resolver teoricamente a questão da subjetividade.

Também citamos o *contrato de leitura*, que se cristaliza no campo jornalístico a partir da credibilidade que o jornalismo e jornalistas, de modo geral, adquirem e, conseqüentemente conseguem mantê-la.

Como explica Claudiana Nogueira, o fato das relações de dependências causadas pelo crescimento constante das organizações midiáticas no setor privado que causam a regência do discurso, isto é, sua ideologia e até algumas ordens sociais. E o que enfatizamos é o “poder dizer” e assim pode-se informar ou opinar. De tal modo se observa o interesse do responsável pela notícia em manipular a linguagem. (1992:224)

Associamos esta realidade atual ao papel do discurso e sua formação discursiva. Daí surgem os sentidos e, de fato, a formação ideológica.

Segundo Eni Orlandi um dos pontos fortes do discurso está no “re-significar” a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem. O que se trata de uma definição

discursiva da ideologia. A interpretação atesta a presença da ideologia, pois diante de qualquer objeto o homem é levado a interpretar. (2002:26)

Os impactos sofridos pelo leitor provenientes das palavras, Bakhtin citava como sendo a polifonia da palavra. O que ele não caracterizava só como os sons das palavras e sim, o sentido e sua ordem.

Ao analisar Bakhtin e o relacionando aos textos jornalísticos verificamos o que ele salientava como *funções eletivas e distribucionais*, as quais se referem sob o ponto de vista da entonação na voz do discurso. (2005:251)

Nosso estudo revela o que consideramos mais impressionante no discurso, isto é, a intertextualidade a qual está contida no interdiscurso presente em todo discurso.

E, ainda sobre as praticas discursiva observa-se o pensamento de Foucault (1969:350-351):

Temo que o senhor esteja cometendo um erro duplo: a propósito das práticas discursivas que tratei de defini e a propósito da parte que o senhor mesmo reserva à liberdade humana. As positivities que eu tentei estabelecer não devem ser compreendidas como um conjunto de determinações que se impuseram do exterior sobre o pensamento dos indivíduos, ou que o habitam no interior e como a priori; elas constituem, sim, o conjunto das condições segundo os quais exercemos uma prática, segundo as quais essa prática dá lugar a alguns enunciados parcial ou totalmente novos, segundo as quais, enfim pode ser modificada. Trata-se menos dos limites colocados à iniciativa dos sujeitos que do campo em que se articula (sem constituir seu centro), das regras que utiliza (sem que tenha inventado nem formulado), das relações que servem de apoio (sem que ela seja seu resultado último nem seu ponto de convergência). Trata-se de fazer aparecer as práticas discursivas em sua complexidade e em sua densidade; mostrar que falar é fazer algo, algo diferente do que expressar o que se pensa, traduzir o que se sabe, diferente de pôr em jogo as estruturas da língua; mostrar que agregar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso, que implica algumas condições (e não somente uma situação, um contexto, alguns motivos) e que comporta algumas regras (diferentes das regras lógicas e lingüísticas de construção); mostrar que uma mudança, na ordem do discurso, não pressupõe “idéias novas”, um pouco de invenção e de criatividade, uma mentalidade distinta, e sim algumas transformações em uma prática, eventualmente nas práticas próximas e em sua articulação comum. Eu não neguei, longe disso, a

possibilidade de mudar o discurso: Só lhe tirei o direito exclusivo e instantâneo à soberania do sujeito (FOUCAULT, 1969, p.350-351).

A mídia, enquanto responsável pela divulgação e mediação dos fatos ocorridos no dia-a-dia da sociedade, adquire também um caráter de agente, de elemento interventor no processo histórico-social de um determinado grupo. Assim, segundo os pressupostos bakhtinianos, evidencia-se uma interação entre infra-estruturas e superestruturas. Da mesma maneira que a mídia interfere na sociedade, a sociedade altera ou influencia a mídia.

A mídia, especificamente no campo jornalístico, é uma área que facilita a visualização destas relações entre infra-estrutura e superestrutura. Principalmente porque trabalha, mesmo que inconscientemente, com a palavra enquanto signo ideológico e que influencia no cotidiano. Na sociedade pós-moderna, a sociedade da informação, os media e as informações trazidas por eles estão cada vez mais próximas e estabelecidas no cotidiano de seus integrantes. O homem passa a ser parte da mídia, e a mídia parte do homem.

Conseqüentemente, a mídia torna-se determinante no desenvolvimento da sociedade e a sociedade passa a ser ponto-chave na realidade dos meios de comunicação de massa. Cria-se, aqui, uma relação de interação e interdependência entre infra-estrutura e superestrutura.

Todo discurso tem uma “validade”, a qual se altera de acordo com a realidade social e interesse popular.

E com isto buscamos não só analisar o discurso do ponto de vista da estética nem como recorte do mundo, mas, sobretudo por abordar os mecanismos utilizados para manipular as mentes. Sua investigação evidencia realidades que transcendem a materialidade dos conteúdos das mensagens simbólicas. Esse fato lhe assegura ter realizado uma tarefa formidável, como contribuição para o progresso de todos aqueles que resolverem estudar as mensagens subliminares. Podemos afirmar que o pré-requisito de uma democracia passa por um público bem informado.

No texto jornalístico busca-se preservar a fidelidade ao tempo histórico dos acontecimentos para demonstrar-se como o signo e a linguagem, *refletem e refratam*, no dizer bakhtiniano, as condições de produção social, trazendo em sua materialização, nos enunciados, as marcas das formações sociais, ideológicas e discursivas de uma época e as relações de desejo, poder, classe e ideologia que são instauradas através da linguagem.

Relacionamos as presentes análises lingüísticas nos estudos de Ducrot (1977), Foucault (1971), bem como da Lógica Dialética em Marx e áreas afins - o que permitirá ao leitor compreender os significados literais e os significados implícitos contidos no discurso jornalístico analisado.

Foucault por sua vez afirma que dos três grandes sistemas de exclusão que marcam o discurso: a palavra proibida, a divisão da loucura e a vontade de verdade, é justamente este último, a vontade de verdade, o mais importante. Tais sistemas de exclusão se exercem do exterior, acrescenta, e referem-se à parte do discurso que põe em jogo o desejo e o poder.

E também afirma que numa sociedade como a nossa, conhecem-se seguramente, os processos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar, também, é a proibição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode fazer de tudo em qualquer circunstância, que não importa quem, não pode falar de não importa o quê. (1971:2)

E, como ele mesmo cita, nem tudo pode ser falado, nem tudo é falado, muitas coisas não podem ser ditas e muitas vezes se faz o contrário do que se diz. Dessa forma, a verdade ou a real intenção do sujeito não é explicitada, pois vai contra os interesses, os desejos e a ideologia dominante, razão pela qual sempre se deve ter em mente, frente a qualquer discurso, a presença da subjetividade e dos processos de exclusão.

3. A CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS NO TEXTO JORNALÍSTICO

As pesquisas sobre a AD remetem à história e às condições de produção dos enunciados e das enunciações dos sujeitos sociais, razão pela qual, este trabalho de análise do discurso da mídia tem um caráter sócio-histórico.

Para se compreender os sentidos dos enunciados, é preciso se fazer a leitura contrastiva, pois o discurso quer dizer isso e não aquilo, tendo em vista as implicações discursivas. Também, faz-se necessário saber quem é o sujeito, a que classe pertence, os valores que defende e de que lado político-ideológico ele está. São dados que remetem ao não dito: Quem fala? A quem fala? O que significa o que se fala? Por que se fala? Como fala? Quem ouve? Através de quais instituições o discurso é feito ou justificado?

Enfatizamos o pensamento de que foi toda enunciação carrega um forte caráter ideológico, tendo por trás como elementos básicos o poder e o desejo, porém, tais intenções não são ditas explicitamente, havendo a necessidade de se buscar o sentido oculto dos enunciados de um dado discurso, que por ser polissêmico, polifônico e constituído de subentendidos e pressuposições, muitas vezes a intenção real do enunciante não está no que foi dito e sim no não dito. Pois Foucault diz que nem tudo pode ser dito e que a enunciação está marcada por uma ampla rede de significações, proibições, interesses e desejos por parte do sujeito, e afirma que apesar de o discurso parecer ser pouca coisa, as proibições que o atingem revelam muito cedo, muito depressa sua ligação com o desejo e o poder.

Na busca diária da objetividade jornalística, fato impossível como já foi mencionado, e

O conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem: é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo da realidade, para extrair deste apenas o que se evidencia. A competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia. No entanto, ao privilegiar aparências e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo

outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos.

A lingüística pragmática vem nos revelar que o mais importante de se observar, quando tratamos de enunciação, consiste na descoberta do papel da atividade enunciativa sobre a estrutura lingüística.

No que se analisa os enunciados, ou seja, a parte que antecede o texto e o titula, que já percebemos basicamente o conteúdo do texto. Esta estratégia evidencia muitas vezes o apelo jornalístico utilizados nas publicações. De acordo com Iniguez, os meios de comunicação e fluxo de conteúdos simbólicos assumiram o papel de instrumento de poder nas sociedades modernas. (2001:93)

Maingueneau nos revela um pensamento sobre a lei da sinceridade do discurso, a qual o enunciador (quem fala ou redige) o discurso encontra-se engajado com o que aborda, porém bem sabe-se que este “engajamento” praticamente não existe no que diz respeito a publicações jornalísticas.

Uma das funções da lingüística pragmática compreende o ato de explicar como um receptor pode compreender um enunciado de maneira não literal e porque o locutor escolheu este ou aquele modo de expressar seu pensamento (literalmente ou não).

O ato enunciativo consiste que o sujeito não constitui apenas a si, sujeito locutor, mas também o sujeito-alocutário, isto é, define não só a colocação do *eu*, assim como o *tu*: “...ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda a enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p.84).

Segundo Benveniste, existem dois planos de enunciação: *discurso* e *história*, cada um com seu devido o tempo verbal característico. Pois através da história é que se relata

acontecimentos ocorridos no passado, e que ajudaram a formar a memória discursiva do sujeito.

Designam a história os tempos verbais: *pretérito perfeito simples*, os pronomes da não-pessoa, o *imperfeito*, o *mais-que-perfeito* e o *futuro do pretérito do indicativo*. E no discurso a ordem é contrária, pois o sujeito em determinadas circunstâncias se apropria da língua, colocando-se como *eu*, e coloca o outro como *tu*. Na enunciação é que se pressupõe a existência de um locutor e de um ouvinte, no qual o primeiro tende a exercer influência sobre o outro.

A instrução é um conceito usado para designar os conectores (conjunções, locuções, advérbios sem significação referencial, etc.) cuja função parece variar de acordo com o contexto.

A significação dos conectores corresponde a uma instrução sobre a maneira de interpretar a relação que estabelecem entre as idéias (proposições). Em outras palavras, pode-se dizer que se trata do conhecimento que o falante detém a respeito do sentido e/ou da função que estas palavras têm nos contextos em que surgem.

Mesmo sem ter estudado sistematicamente os conectores, o falante de uma língua conhece e, muitas vezes emprega adequadamente tais termos, ou seja, usa-os de acordo com o valor semântico que eles realmente têm (pelo menos os mais usados), levando em conta o tipo de relação que ele realiza entre enunciados e idéias. Para os lingüistas contemporâneos, então, “o homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de comunicar-se com os seus semelhantes, de estabelecer com eles relações dos mais variados tipos, de obter deles reações ou comportamentos, de atuar sobre eles das mais diversas maneiras, enfim, de interagir socialmente por meio do seu discurso”.

De acordo com Mainguenu uma das principais contribuições do estudo sobre enunciação foi evidenciar a noção sobre a dimensão das atividades lingüísticas, pois o

enunciado só transmite para o mundo, o qual também é sua referência e, assim reflete também sobre o ato da enunciação produzida.

Para uma concepção da primária de linguagem, os enunciado é, de certo modo, *totalmente* verdadeiro, pois está lá para representar algo. E, é através a pragmática que se tem a análise de que o enunciado apenas alcança um determinado nível de estado de representação, isto é, aquele que é a *visão* do sujeito sobre o objeto de análise, e a partir daí ele dá forma à enunciação.

A enunciação representa o alicerce das relações entre a realidade e a língua, pois representa os acontecimentos através da enunciação.

Tem se atualmente a consciência de que só a partir de estudos sobre enunciação começou-se a estudar alguns detalhes da presença do enunciador, tais como co-enunciador, nos enunciados construídos, como, por exemplo, os indicadores de modalidade, todas as faces das marcas lingüísticas.

A aparente despersonalização do discurso é, no entanto, apenas uma forma de esconder a real função do sujeito enunciador no discurso, haja vista que não existe texto neutro, pois a visão de mundo do sujeito sempre reflete-se nos enunciados. O controle sobre as marcas da enunciação, ou seja, do trânsito entre os planos enunciativo e enunciativo, cabe a esse sujeito, que pode jogar com os elementos desses planos para criar efeitos de subjetividade ou de objetividade.

No discurso jornalístico, que consta praticamente como objetivo, apagam-se as qualidades modais e semânticas do destinador. O discurso se apresenta como um fazer-saber, como se o único objetivo daquele ato de comunicação fosse a transferência de conhecimentos.

Um dos *tipos* de esquecimento, caracteriza-se no que o sujeito apaga a noção de que seu discurso nada mais é do que a escolha de determinadas estratégias de expressão, o

que se chama de processo de denegação. Escolhe-se uma caracterização, em detrimento de outra e dá-se lugar a um dito e se recusando um não-dito. Tudo que é dito de uma maneira poderia ser dito de outra, senão oposto, ao menos contrário. O sujeito *finje* esquecer que fez uma escolha, mas poderia ter feito outra. Este esquecimento é parte constitutiva da ação discursiva do sujeito e reforça a noção de que todo discurso é o encontro de várias vozes, as quais constituem a sua memória discursiva.

Sabemos, entretanto, que todo discurso tem extremo poder de persuasão, isto é, o fazer comunicativo do destinador também se orienta para um fazer-acreditar, o que equivale a uma interação entre pessoas reais, com seus valores e formas de interpretar o mundo, pois a comunicação nunca se dissocia de seu caráter argumentativo, pode-se apenas tentar encobri-lo. Assim, pode-se concluir que todo discurso é, em algum momento, um instrumento a fim de tentar manipular ou pelo menos tentar influenciar o leitor.

Os artifícios retóricos que o sujeito pode lançar mão para revestir o texto de um caráter de objetivação enquadram-se no que se conhece como manipulação dialética, ou seja, operação que consiste em utilizar o discurso cognitivo (enunciador) para transformá-lo em discurso referencial (enunciado – transferência de idéias), proposto com a finalidade de se constituir um novo discurso cognitivo (texto decifrado pelo enunciatário).

No discurso jornalístico, por meio da manipulação dialética, são construídos discursos aparentemente objetivos, mas que se constituem, através do conjunto de diversas escolhas dos elementos que formam o discurso, da marca da ideológica de seu (s) elaborador (es).

Os textos jornalísticos são narrativas pelas quais se retrata a sociedade, pois se por um lado eles se ancoram em dados retirados do mundo, o que faz aproximar o jornalismo da ciência, por outro esses dados são representados através de uma estrutura narrativa construída pela linguagem, o que o aproxima da ficção. O jornalismo se apresenta, primeiramente, como

uma atividade de linguagem e a realidade que ele nos apresenta como uma realidade discursiva, que pode, assim, ser tão múltipla como são múltiplos os discursos.

No jornalismo informativo, ou seja, aquele cuja proposta consiste em informar e conscientizar sobre a realidade, as interdições sofridas no discurso são normalmente claras. O jornalista “isento” não usa adjetivos, porque evita atribuir valores aos fatos. Não deve lançar mão da ironia, porque ela pode ser ofensiva, e deve evitar a todo custo a ambigüidade. Essas interdições, que constroem o silêncio relativamente “consensual” do jornalismo, definem, por outro lado, as estratégias de produção de um discurso notadamente jornalístico. O silêncio diz respeito aos enunciadores, o que no campo jornalístico pode ser mais revelador do que a fala evidente. Vasculhar os silêncios do discurso jornalístico nos diz mais sobre ele, suas intenções, seus interesses e sua força do que a análise de superfície da informação relatada. O que caracteriza um dos principais fatores que tornaram a Análise de Discurso uma teoria e um método de mais profundidade que a Análise de Conteúdo.

Sobre o silêncio constitutivo, Orlandi define como *“o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’)”* (Orlandi, 1995, p. 37). Podemos adicionar este silêncio a outro, o silêncio “local”, no qual alguns *dizeres* são impróprios. O sujeito locutor tem dois horizontes imaginários ao longo dos quais se desloca na enunciação dirigida a um interlocutor, no que reflete sobre si e sobre o outro. Primeiramente, questiona-se “quem sou eu para lhe falar assim?” (“que posição ocupo”), depois pergunta-se “quem é ele para que eu lhe fale assim?” (“que lugar ele ocupa”). Logo o próprio interlocutor atua com outros dois questionamentos sobre si mesmo e sobre quem lhe fala.

Deve-se perceber o O enunciadore como *“a pessoa de cujo ponto de vista são revelados os fatos”* (Ducrot, 1987, p. 195). O locutor é quem fala, o enunciadore é aquele “a partir de quem se vê”, interpelando o sujeito para que se coloque como locutor naquela posição. O

enunciador deve ser localizado, na análise, como a perspectiva da qual o locutor enuncia. Assim, temos locutores diferentes que enunciam sob a perspectiva de um único enunciador. Contudo, o mesmo locutor pode movimentar-se entre dois ou mais enunciadores (em um exercício de argumentação isso pode ficar claro, quando o locutor se move entre diversas perspectivas na tentativa de convencer seu interlocutor).

Este mecanismo explica o fato do leitor tem, algumas vezes, ter a sensação de ler a *mesma* coisa em dois jornais ou *ver* a mesma reportagem, em dois canais de televisão. Este fato deve porque apesar dos locutores sejam pessoas distintas, nesses casos –jornalistas que trabalham em empresas diferentes fazem reportagens e textos diferentes –, a *perspectiva* sob a qual eles falam pode ser igual uma a outra. Ambos seguem as mesmas normas, aceitas ao longo da história do jornalismo como “certas”, ou “cabíveis”, ou “inquestionáveis”. E, também podem ter recorrido a mesma fonte de informação, logo podem ter iniciado o discurso por seguir a mesma linha de raciocínio, podem seguir linhas editoriais que sirvam ao mesmo interesse político ou econômico e desenvolver a enunciação sob o mesmo prisma ideológico. Os locutores são distintos, porém o enunciador pode ser seja um só.

Pode-se também inverter a situação, ou seja, um mesmo jornalista pode se posicionar ora de um ponto de vista, ora de outro, e assim o mesmo locutor se movimenta entre dois ou mais enunciadores. Torna-se simples de imaginar esse movimento quando se aceita como “normal” a mentira ou a omissão, em algumas circunstâncias.

Os enunciadores são, em última instância, a expressão de pontos de vista a partir dos quais o sujeito reconhece o que pode e deve ser dito –por meio das formações ideológicas, reconhece e constrói as formações discursivas. Como resume Ducrot (1987, p. 217) “o locutor faz de sua enunciação uma espécie de representação, em que a fala é dada a diferentes personagens, os enunciadores”.

É a perspectiva de enunciação, portanto, que norteia o discurso jornalístico. O analista de discurso identifica as formações discursivas, mapeia as formações ideológicas para deste modo, chegar aos enunciadores, isto é, aqueles que realmente definem o discurso. É com este trajeto de análise e de profundidade e que sempre organizada em torno de elementos que o próprio texto mostra, que a Análise do Discurso pode revelar algo que no jornalismo habitualmente permanece oculto: quem fala e a partir de que posição ideológica.

Todo texto jornalístico compreende um ato de linguagem que consiste na extensão de um processo de transformação, provocado pelas ações que a enunciação e, assim faz a relação entre duas temporalidades-limite, um antes e um depois, mediante uma temporalidade transformadora de mediação. E, logo se percebe que o texto o texto jornalístico trata-se de um sistema de doação de sentido.

Por esta perspectiva, na enunciação jornalística, predomina-se o valor referencial; pressupõe a veracidade dos fatos a que se relata, o qual o pressuposto dessa veracidade institui uma autêntica *troca* entre o jornalista de um lado e a audiência do outro.

Alguns fatos interessantes a colocar sobre enunciação jornalística consistem na sua *inteligibilidade* por parte da audiência: como é possível que os enunciados formulados por jornalistas sejam compreendidos por uma quantidade infinita de pessoas?

O jornalista normalmente recorre aos processos metalingüísticos, de redundância e contextualização para se *fazer entender*. Mas, não tem, ao seu alcance, a heterogeneidade de sentidos a que seu discurso dá origem, já que não pode identificar todos e cada um dos seus interlocutores, por conseqüência, também, não controla as suposições de interpretação no percurso do processo enunciativo, pelas quais cada um tira por conclusão com o que pretende dizer.

O discurso jornalístico comunica um conjunto de saberes, converte, em notícia, os fatos ocorridos no mundo, esclarece aos leitores sobre o que considera de *relevante* que

ocorre, mas não domina as diferenças de sentidos que essas transmissões e os saberes alcançados por parte dos seus interlocutores.

A enunciação jornalística ao libertar os fatos, as ações e as palavras do mundo vivido do seu acontecimento, também liberta-os de sentido tradicionais, da sua carga corporal concreta, o que os torna disponíveis para toda espécie de novos sentidos e de novos investimentos simbólicos. Logo, cada sujeito que faz parte da audiência, no que interpreta os novos dizeres e saberes do discurso jornalístico pode constituir-se num sujeito independente de constituição de sentido.

Todo discurso jornalístico, mesmo que referencialmente correto representa propriamente aquilo que aconteceu, é *cortado* por um desacordo irremediável entre um lado que, numa primeira aproximação, pode-se definir como a dimensão referencial e significativa, e de outro lado, a instância expressiva, isto é, o sentido da representação discursiva.

Nos intervalos entre essas diferentes instâncias da enunciação que se instala um silêncio constitutivo e *indizível*, porém repleto de sentidos heterogêneos. É, essencialmente, com esse silêncio que o discurso jornalístico dialoga.

As práticas da enunciação jornalística encontram-se norteadas por etapas de raciocínio ou cadeias de razões, que objetivam o alcance de alguns efeitos de reconhecimento (apreensão, compreensão pela audiência) e podem limitar-se ao anúncio, à argumentação, à demonstração, à descrição, e a persuasão.

Percebemos que independentemente do tipo de notícia ou reportagem, os textos jornalísticos mobilizam diversas traços de enunciação e de organização dos enunciados. Pois estes dependerão da intenção comunicativa, do conteúdo informativo, cultural e lingüístico da audiência da flexibilidade das normas de redação de cada veículo.

Através deste mecanismo de enunciação que o processo de *recepção* é construído, por meio de um conjunto de regras e de instruções construídas pelo campo da produção, a serem seguidas pelo campo da recepção (audiência), condição por meio do qual ele se insere no sistema interativo proposto e pelo qual se torna reconhecido e, conseqüentemente, se assume como tal.

4. O JORNALISMO COMO REFLEXO DA REALIDADE

É através da construção da enunciação que os profissionais do jornalismo *criam* as manchetes dos jornais, conseqüentemente as matérias jornalísticas.

Todo enunciador demonstra suas características discursivas próprias em seus textos. O discurso jornalístico é construído por meio de mensagens que se materializam em corpo de matérias publicadas e debatidas no texto jornalístico, no intuito de produzirem dimensões da realidade.

Por tratar-se de algo atual opta-se sempre pelo verbo em tempo presente nas publicações. Os jornais, radiojornais e, também, os telejornais intermediam o passado e o futuro. Transformam-nos em tempo real, isto é, em presente. Busca-se assim, atingir picos de audiência e de leitura no tempo do fato.

No jornalismo, a linguagem não é apenas um campo de ação, mas a sua dimensão é constitutiva de sentido. É por meio dela que o indivíduo faz a construção da realidade.

Nesse raciocínio a enunciação jornalística é a única em função de esse campo, pois muda-se com freqüência do lugar que retrata e cria o lugar do outro, a partir de normas pré-determinadas.

Assim, o discurso jornalístico é produzido e constituído de vozes múltiplas, isto é, outras vozes e múltiplas *polifonias* derivadas de outros campos culturais. Tais como as vozes da sociologia, da pedagogia, da região.

E não se pode desconsiderar as vozes internas do próprio discurso jornalístico. Pois estes baseiam-se em técnicas que mobilizam as regras de vários campos: convenções audiovisuais, vocabulário, normas gramaticais, procedimentos profissionais, estilo, entre outros, para a produção textual da notícia.

Parte-se do princípio de que os processos de enunciação jornalística são regidos por procedimentos mais generalizados e que se encontram firmados em espécie de *macrocódigos*: a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias. E, por *microcódigos*, que são os códigos particulares estabelecidos pelas empresas de comunicação, por exemplo, o manual de redação, mas também os valores-notícia (*critérios de noticiabilidade*), que vão ser manejados e mobilizados no processo de enunciação.

Alguns aspectos diminuem a autonomia do jornalista, tais como a dependência das fontes de informação e de opinião, e faz com que o discurso jornalístico seja marcado pela intercalação entre *discurso narrativo* e *discurso citado* (fragmentos da fala), na acepção de Bakhtin, que vê o discurso indireto como a transmissão analítica discursiva de outrem.

Entre as vertentes analisadoras de conteúdo e as analisadoras de expressão, Bakhtin situa a *variante impressionista*, que busca transmitir o discurso interior – pensamentos e sentimentos dos personagens, ou a registrar impressões subjetivas sobre o comportamento de alguém. Esse mesmo recurso é muito encontrado nas reportagens de comportamento em televisão.

Deste modo, percebemos que o texto jornalístico tem como sua principal obrigação atualmente não só como informar e transmitir acontecimentos, mas de construir na sociedade uma visão pré-escolhida sobre o que se retrata, ou seja, pretende refletir um ideal que se quer fixar e *implantar* na memória discursiva das pessoas de uma determinada sociedade.

CONCLUSÃO

No processo de análise da enunciação jornalística, muitas são as perspectivas e agravantes a serem observados e considerados.

A enunciação e toda sua subjetividade tem função totalmente formadora de opinião e constitutiva de vários sentidos.

A verdade construída através da enunciação perpetua-se cada vez que esta é reproduzida e alcança maior número de leitores, e também, quando estes fazem uma releitura do que está sendo dito. É como um processo de renovação, onde as informações (ingredientes) são adicionados e a essência é preservada.

O analista do discurso tem o importante papel de questionador e “tradutor” da enunciação jornalística. Onde através de cada análise textual ele decodifica os signos contidos no discurso. Assim, desperta membros de diversos grupos para o que está sendo dito e construído no interdiscurso, trazendo-lhes deste modo à reflexão sobre os assuntos questionados e publicados.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Dialogismo e Construção do Sentido*. Org.: Beth Brait. 2º Ed. Revista. Campinas, São Paulo. Unicamp, 2005.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Campinas : Pontes-Editora da Unicamp. 1995.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas : Pontes, 1989

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de Linguagem, textos e discursos: por um Interacionismo sócio-discursivo*. Editora Educ, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

- CITELLI, Adilson Odair. *A linguagem em movimento*. Editora Senac, 2002.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Sírio Possenti, Paris, Callimard, Mimeo, 1971.
- _____. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. Em busca de uma tipologia de eventos de divulgação científica. In: Denize Elena Garcia da Silva; Josênia Antunes Vieira. (Org.). *Análise do Discurso - Percursos Teóricos e Metodológicos*. 1a ed. Brasília-DF, 2002, v. 1, p. 119-142.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer Querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- INIGUEZ, Lupicinio. *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Editora Vozes, 2004.
- LAJE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. *Pesquisa em Comunicação*. Editora Loyola, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Editora Cortez, 2001.
- NOGUEIRA, Claudiana da Silva. A intertextualidade no Discurso Jornalístico sobre a velhice. In: Denize Elena Garcia da Silva; Josênia Antunes Vieira. (Org.). *Análise do Discurso - Percursos Teóricos e Metodológicos*. 1a ed. Brasília-DF, 2002, v. 1, p. 221-244.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez, 1993
- _____. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas, Ed. Pontes. 4ª Edição. São Paulo, 2002.



ANÁLISE DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS NOS by **Artigo** is licensed under a **Creative Commons Atribuição-Use Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil License**.

Permissions beyond the scope of this license may be available at <http://recursoshumanosonline.blogspot.com/2009/06/analise-dos-processos-de-construcao-dos.html>.

Postado por Albaniza Irani Sales às 14:50 0 comentários   [Links para esta postagem](#)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)